

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

**Priscila Regina da Silva**

**A economia solidária como estratégia de desconstrução das desigualdades:  
uma abordagem interseccional de gênero/classe/raça**

Porto Alegre

2017

**Priscila Regina da Silva**

**A economia solidária como estratégia de desconstrução das desigualdades:  
uma abordagem interseccional de gênero/classe/raça**

Trabalho de conclusão de graduação  
apresentado ao Departamento de Ciências  
Administrativas da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Administração

Orientador: Prof. Pedro de Almeida Costa

Porto Alegre

2017

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Eloni Silva, a quem devo, pelo trabalho e esforço, as minhas condições e oportunidades na vida. Sua renúncia pessoal, suas incansáveis tarefas, sua dedicação aos filhos foram verdadeiros exemplos de superação e determinação. A ela devo todo o interesse deste estudo.

Agradeço ao meu pai, Luis Cláudio, às minhas irmãs, ao meu irmão, ao meu sobrinho e melhor amigo Juliano Dellazen, sobretudo pela paciência dos últimos tempos, além dos incentivos e do suporte. Às minhas amigas que me apoiaram e possibilitaram longos debates dos quais contribuíram muito. A minha colega e amiga Valquíria pela atenção e pelas discussões, por engajar-se no tema e com isso dar-me apoio e incentivo.

Agradeço ao meu orientador, Pedro de Almeida, pela atenção, orientação e dedicação. Sou grata por sua compreensão e coerência, mais ainda por promover um debate inclusivo e desafiador. Professor, mestre e amigo.

## RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender como a experiência solidária atua na desconstrução das desigualdades de gênero, classe e raça. Para tanto, a desigualdade foi apreendida a partir da intersecção em sua estruturação histórica, sistemática e relacional, tendo como nexos prioritários as lógicas classistas, sexistas e racistas. A metodologia aplicada foi o estudo de caso e a triangulação de dados (entrevistas, observação participante e referencial teórico) cujo propósito foi a identificação das convergências e regularidades. As experiências solidárias estudadas evidenciaram as contradições em que operam pois provocam movimentos e fissuras na estrutura patriarcal, de raça e de classe, mas ao mesmo tempo estão limitados a elas. Todavia, devem ser valorizadas e potencializadas pelo seu valor em si, pela própria experiência e pela provocação que ela representa para os limites impostos pela tripla opressão.

**Palavras-chave:** Experiência solidária. Desigualdade de gênero, classe e raça. Intersecção.

## ABSTRACT

This research sought to understand how the solidarity-based experience works to overcome inequalities of gender, class and race. In order to do this, the inequality was apprehended from the intersection in its historical, systematic and relational structuring, having as priority links the classist, sexist and racist logics. The methodology applied was the case study and data triangulation (interviews, participant observation and theoretical reference) whose purpose was identification of convergences and regularities. The solidary experiences studied have made clear the contradictions in which they operate because they create movements and fissures in the patriarchal structure, of race and class, but at the same time they are limited to them. However, they must be valued and improve by their value in themselves, by the own experience and instigation it represents for the limits imposed by triple oppression.

**Keywords:** Solidarity economy. Inequality of gender, class and race. Intersection.

## INDICE DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Entrevistados.....	36
------------------------------	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1.1 JUSTIFICATIVA.....	9
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.2 Objetivos Específicos.....	10
2 REVISÃO TEÓRICA.....	12
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	12
2.2 HISTÓRIA DO FEMINISMO.....	15
2.3 MULHERES, CLASSE E RAÇA.....	18
2.4 A ANÁLISE INTERSECCIONAL POR ANGELA DAVIS.....	24
3 MÉTODO.....	28
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	28
3.2 COLETA DE DADOS.....	29
3.3 ANÁLISE DE DADOS.....	31
4. APRESENTAÇÃO DE DADOS.....	34
4.1 UNIVENS.....	34
4.2 MISTURANDO ARTE.....	35
4.3 DADOS DAS ENTREVISTAS.....	36
5. ANÁLISE DE DADOS.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXO A: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	54

## INTRODUÇÃO

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015) o Brasil figura entre os 10 países mais desiguais do mundo calculado pelo coeficiente de Gini (indicador que mede concentração de riqueza).

[...] não é a pobreza, mas o grau de desigualdade social de um país, o fator que mais diretamente relaciona-se ao bem estar de toda a sociedade, como a vida comunitária, a saúde física e mental, o consumo de drogas, a expectativa de vida, a obesidade, o desempenho educacional, a violência urbana, o grau de encarceramento e a maternidade na adolescência. (PIKETTY, 2013, p.51)

A desigualdade social é um tema caro à humanidade e ocupa o centro dos embates políticos. Todavia, a maioria das discussões é influenciada pela “concepção positivista da economia segundo a qual essa forma de saber seria uma ciência liberta de todo valor e capaz de lançar um olhar objetivo sobre o mundo” (GUÉRIN, 2005, p.22). Nessa concepção, as desigualdades são discutidas em termos de mecanismos (intervenção do estado, eficiência de mercado, programas sociais) que pressupõem comportamentos e motivações generalizadas cujos resultados são as infundáveis oposições que “culpam ou vitimam” parcelas da população por suas condições socioeconômicas, especialmente as ditas minorias. Esse reducionismo simplifica e inviabiliza a apreensão de um fenômeno tão complexo, como a desigualdade social, sobretudo quando imbricada em suas três dimensões, gênero, classe e raça.

A desigualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres é um fenômeno tão predominante no mundo que se tornou uma das principais bandeiras da organização mundial do trabalho (OIT, 2010). Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil possuía 2,4 milhões de mulheres negras desempregadas contra 1,2 milhão de homens brancos desempregados. Além do menor índice de empregos formais, os rendimentos também são diferentes: apesar



de as distâncias terem diminuído desde 2004, os homens brancos ainda recebem, em média, rendimentos 60% superiores aos das mulheres negras.

Para Kergoat (2010), não se deve isolar as categorias (gênero, classe e raça) e estudá-las isoladamente, pois as posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas as quais estão em perpétua evolução e renegociação. Nessa perspectiva, o estudo da desigualdade de gênero deve articular-se com outras dimensões, como de classe e raça a fim de compreendê-la à luz das relações sociais. “A condição de uma mulher branca e rica (capaz de delegar as tarefas domésticas e investir em educação) difere substancialmente da mulher negra e pobre” (KERGOAT, 2010). A abordagem interseccional é uma leitura crítica da realidade, e por isso necessária a compreensão das desigualdades sociais.

A Economia Solidária, conforme Paul Singer (2008), “é conhecida como um recurso destinado às pessoas que foram excluídas do mercado de trabalho. E ela tem sido acusada de ser uma espécie de reparadora dos malefícios desta lógica.” A partir desta conceituação, verifica-se sua dupla função: a social devido seu caráter solidário que comporta práticas visando a autonomia das pessoas por meio de conhecimento e conscientização, e a econômica que permite-as dispor de uma renda. Sendo assim, constitui-se em um campo social rico para o estudo interseccional das desigualdades, pois é condicionado em suas práticas à ruptura da lógica dominante, e, com isso, viabiliza a explicitação dos fenômenos sociais complexos. Os conflitos, perspectivas, contradições permeiam todo funcionamento, ou seja, é latente a visibilidade do sujeito em sua realidade, e não de um competidor em um mercado.

A economia solidária foi progressivamente definida de um modo empírico, a partir das práticas dos atores. Em seu sentido mais amplo, ela agrupa o conjunto das iniciativas econômicas privadas (isto é, autônomas em relação ao Estado) que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro. (GUÉRIN, 2005, p.15)

A economia solidária é uma alternativa que pode conjugar eficiência e inclusão social, sendo, portanto, uma possibilidade para aqueles que sofrem os efeitos da concentração de renda. Estudá-la a partir de uma leitura crítica e,

sobretudo de gênero/classe/etnia, possibilitou-nos, além de analisar seu potencial inclusivo, contribuir com o debate sobre as desigualdades em sua realidade e singularidade.

O contexto brasileiro marcadamente desigual, torna este estudo emergente de extrema relevância. Para viabilizá-lo, foram pesquisados dois empreendimentos populares, a cooperativa Univens, bairro Sarandi, e o Misturando Arte, bairro cascata. Estes bairros periféricos confinam determinadas parcelas da população, em especial as mulheres, de Porto Alegre, caracterizadas pela vulnerabilidade social, como documentado e analisado pelo Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, da UFRGS, no segundo semestre do ano de 2016. A presente pesquisa, portanto, teve como propósito responder: **como os empreendimentos de economia solidária atuam na desconstrução da desigualdade de gênero, classe e raça?**

## 1.1 JUSTIFICATIVA

No Brasil, a instabilidade política e econômica, iniciada a partir de 2015 e agravado com o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, com a deterioração de todos indicadores econômicos, parece conduzir-nos ao aumento das desigualdades sociais, ou, pelo menos, a contração de esforços para reduzi-las. Tornou-se, nessa perspectiva, essencial compreender como as parcelas mais vulneráveis da população, sobretudo excluídos do mercado de trabalho formal, estão sendo afetados.

Segundo Jessé Souza (2005), há uma confusão relacionada ao tema da desigualdade social brasileira, no debate acadêmico, na mídia e na política, devido à inexistência de aporte interpretativo que especifique uma hierarquia das causas da desigualdade. Assim, por exemplo, “a variável racial é percebida, tendencialmente, como um dado absoluto e não como um dos elementos que explicam a singularidade de nossa desigualdade”. (SOUZA, 2005). As pesquisas que conferem tratamento estatístico e prendem-se a sobre-representação de mulheres negras em todos índices negativos, embora importantes, não a esclarecem, pois apresentam-se

como “respostas” e “conclusões”, quando, na verdade, “carecem de trabalho interpretativo posterior”. (SOUZA, 2005)

“O ponto de partida são as conceitualizações que integram, numa unidade indissociável, sexo, raça e classe” (HIRATA, 2014). Deste modo, estas variáveis não são absolutas em si mesmo, e sua relevância não reside em sua identificação e rotulação, mas em seu comportamento e suas interconexões. Com base nesta elucidação, analisar as práticas e o potencial da economia solidária enquanto estratégia para superá-la.

O trabalho, portanto, contribuí para o conhecimento em Administração, especialmente o campo da economia popular e solidária e para a própria sociedade pois traz à luz elementos para a análise de uma desigualdade que é histórica e vergonhosa.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Identificar como as experiências solidárias, Univens e Arte Popular, estão atuando na superação das desigualdades a partir de um enfoque interseccional de gênero, classe e raça.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Visando alcançar o objetivo geral são propostos:

a) Descrever e avaliar as experiências associativas de dois bancos comunitários de Porto Alegre;

b) Identificar e analisar criticamente o papel das mulheres nas experiências pesquisadas

c) Avaliar se as práticas associativas colaboram com a desconstrução de crenças, pressupostos e preconceitos e, com isso, colaboram com a melhora na vida destas mulheres.

d) Identificar se as experiências solidárias contribuem para a superação das desigualdades ou constituem-se em extensões dos papéis sociais naturalizados.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

Esta seção é a fundamentação teórica do estudo proposto. Portanto, sua estrutura convencionada de modo a ilustrar e sustentar os argumentos desenvolvidos pela literatura pertinente. Para tanto, divide-se em quatro subseções: a primeira, Economia solidária; a segunda, História do movimento feminista; a terceira, Movimento feminista negro; a quarta, Angela Davis e Sueli carneiro: Gênero, Classe e Raça; a quinta, A Construção de uma Análise Interseccional (mudar)

### 2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária foi progressivamente definida de um modo empírico, a partir das práticas de seus atores, em seu sentido mais amplo, “agrupa o conjunto das iniciativas econômicas privadas (isto é, autônomas em relação ao estado) que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro” (GUÉRIN, 2005, p. 13). Ela ressurgiu no Brasil no século XX, como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão social do capitalismo contemporâneo e se apresenta como alternativa de trabalho e renda. Ao mesmo tempo resgata os valores históricos do cooperativismo (DOMINGUES; LUZ, 2010).

Seu surgimento é comumente associado a três fatores, quais sejam: desemprego estrutural no setor formal/industrial; a ação de movimentos sociais na busca de alternativas solidárias para repensar o mundo do trabalho diante do desemprego estrutural; e dificuldade de movimentos sociais e sindicatos em formular estratégias de enfrentamento do desemprego estrutural, passando a perceber na economia solidária uma ferramenta possível de enfrentamento da organização econômica capitalista. (SCHNEIDER, 2010)

Para Singer (2002), a economia solidária é um outro modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Conceituá-la é tarefa difícil, dada diversidade e complexidade,

pois trata-se de “um conjunto multiforme de experiências associativas de trabalho e geração de renda, realizados coletivamente por homens e mulheres, sob forma de autogestão” (SCHNEIDER, 2010, p.5).

Para Singer, foi justamente o cooperativismo que promoveu as bases materiais, organizacionais e valorativas da economia solidária. Ou seja, não só o cooperativismo teria trazido o arcabouço ideológico fundamental da “Economia Solidária” contemporânea, como também, seriam elas – cooperativas – o lócus por excelência do desenvolvimento econômico-solidário, a organização produtiva e trabalhista fundamental para a realização da Economia Solidária. (CORNELIAN, 2006)

“Há um consenso teórico de que as práticas teóricas no campo da economia solidária passaram a ganhar notoriedade no Brasil a partir dos anos de 1990” (V PLENÁRIA, 2012, p.4). A década foi marcada por uma profunda crise econômica e social que abalou e restringiu a oferta de trabalho assalariado. É nesse contexto que diversos atores do campo da economia solidária, dispersos desde então, iniciaram uma trajetória de articulação a partir de encontros e da atuação em fóruns de discussão (SCHNEIDER, 2010).

A importância dos empreendimentos solidários são perceptíveis pela própria institucionalização do movimento a partir da criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que integra o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) desde 2003; a realização do I Mapeamento Nacional de Economia solidária (SIES 2005-2007) e a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CONAES).

O II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, ocorreu entre fins de 2009 e início de 2013, e identificou: 21 859 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.934 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos EES, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são de EES revisitados. Evidentemente, estão crescendo os empreendimentos solidários os quais constituem-se em alternativas ao mercado de trabalho capitalista tradicional.

A economia solidária é um contraponto ao capitalismo (...) uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a (...) principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros”. (V PLENÁRIA, 2012)

A economia solidária apresenta-se como estratégica de superação das desigualdades sociais ao permitir uma articulação de “caráter multifuncional em que as pessoas possam atuar simultaneamente na esfera econômica, social e política e agir concretamente no campo econômico, ao mesmo tempo em que interpelam as estruturas dominantes” (GAIGER, 2006). Além disso, conforme Scheneider (2010), preocupa-se em romper com a lógica tipicamente empresarial em dois aspectos: “eliminar a divisão entre pessoas trabalhadoras e os meios de produção e entre produção e apropriação dos frutos do trabalho; buscar a percepção e inclusão de outras esferas econômicas além da mercantil (princípio de oferta e demanda), como a economia doméstica e as trocas não-monetárias que têm na sua essência a reciprocidade”. Nessa perspectiva, a economia solidária comporta a dimensão de classe, ou seja, tenta romper com os mecanismos das relações sociais de produção, dominação e exploração.

Dominação diz respeito à capacidade de controlar as atividades de outras pessoas; exploração remete a uma relação econômica, em que outros elementos, o bem-estar material de um grupo depende da privação material de outro grupo e, no contexto da exclusão dos recursos necessários a sobrevivência, o grupo em situação de privação material “oferece” sua força de trabalho para os detentores dos meios socialmente necessários para a produção econômica. (PESCHANSKI, 2016)

Os empreendimentos sociais, desse modo, trazem à luz da discussão a desigualdade econômica e suas mazelas, e tentam, com isso, romper, como intitulado por Piketty (2013), o “caráter cíclico da concentração de riqueza”.

Há, contudo, um dado importante no âmbito da economia solidária, os grupos formados exclusivamente por mulheres correspondem a 16,8% (3.672) do total dos mapeados no Brasil (21.855). De um subconjunto de empreendimentos mapeados formados exclusivamente por homens e exclusivamente por mulheres (5.400),

correspondem a 68% (SCHNEIDER, 2010). Além disso, os empreendimentos de mulheres ainda estão centralmente nos segmentos de alimentação, confecção, artesanato e reciclagem, configurando quase uma extensão do aprendizado e da prática do trabalho doméstico (FLORES, 2014). Para Bonumá (2015) um contingente importante de mulheres responde ao desemprego e à exclusão – agravadas pelas políticas neoliberais dos anos de 1990 e pela ausência de políticas sociais estruturadas – gerando trabalho e renda de forma associativa e solidária quase que como extensão do seu "papel natural" na divisão sexual do trabalho.

A economia solidária para as mulheres representa uma estratégia de sobrevivência e inclusão econômica e social. Todavia, as avaliações sobre as práticas solidárias centram-se na "dimensão classe". Esta não se articula com a dimensão gênero a qual conduz a indagação: a economia solidária para as mulheres conduz a autonomia social, cultural e econômica, ou seja, uma melhora em sua vida ou representa apenas uma extensão de "seu papel naturalizado na divisão sexual do trabalho"? Para responder essa pergunta é necessário um reexame da história do feminismo o qual demonstra as reivindicações e avanços das mulheres em sua luta por condições igualitárias, além de incorporar a suas próprias percepções e não suas representações construídas socialmente.

## 2.2 HISTÓRIA DO FEMINISMO

A complexidade e extensão da história social, marcadamente desigual entre homens e mulheres, inviabiliza sua descrição minuciosa e detalhada, ainda que relevante. Desse modo, coube a esta subseção, estudar a trajetória do feminismo cujas reivindicações são representativas da história do movimento das mulheres enquanto grupo historicamente oprimido e excluído.

Partimos do reconhecimento da desigualdade histórica entre homens e mulheres, e sua incorporação pelo sistema capitalista como elemento estruturante da sociedade capitalista, configurando gênero como papéis sociais diferenciados, assentados numa assimetria de poder, na qual o



feminino é desvalorizado e considerado inferior em diversas dimensões, inclusive no trabalho. (BONUMÀ, 2015, p.23)

A primeira onda do feminismo, no século XIX, foi marcada pela reivindicação de direitos políticos, econômicos e sociais – como direito de votar e ser eleita, o trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança. “Nesse período, defendia-se que o direito ao voto e a educação, por exemplo, as fariam mães e esposas melhores”. Dessa forma, “acabavam por legitimar a suposição de que as tarefas domésticas e da família é da mulher, e isso seria inevitável e natural” (FLORES, 2014). Angela Davis (2016) reitera ser “a ideologia da feminilidade um subproduto da industrialização que se popularizou e se disseminou por meio de novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo”.

Para Davis (2016), a economia quando ainda predominantemente doméstica propiciava maior prestígio para as mulheres, ainda que houvesse forte desigualdade, porque inseriam-se na esfera produtiva em que seu trabalho, como produção de tecidos, alimentação, artesanato, dentre outros, era essencial a sobrevivência. Com a industrialização, as fabricas têxteis tornaram obsoletas suas máquinas de fiar. A parafernália que usavam para fazer velas se tornou acervo de museu, assim como várias outras ferramentas que as ajudavam a produzir os artigos necessários à sobrevivência de sua família. “As mulheres então são separadas da produção e passam a ocupar apenas os espaços domésticos, ou pelo menos, é o que a ideologia cultivava enquanto ideal. Contudo, ao considerar-se a dimensão classe, nota-se, nesse período que as mulheres pobres eram brutalmente exploradas, sendo inclusive “preteridas aos homens nas fábricas” (DAVIS, 2016, p.35). As reivindicações por oportunidades de empregos e espaços públicos foram possibilitando conquistas como resultado de intensa conscientização e de lutas e sacrifício, embora, ainda hoje, não sejam contadas em aulas de história.

As mulheres foram mais imaginadas e representadas, do que descritas ou contadas, dando mais informações sobre os artistas que as representaram do que sobre as mulheres reais existentes (PERROT, 2006, p.14).

A segunda onda, conforme Pedro (2005), segunda metade do século XX, deu prioridade pelas lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Aqui, surgiu o conceito de gênero que “possibilitou olhar mais profundo sobre a distinção entre os gêneros femininos e masculinos e nas atribuições representativas e comportamentais a eles vinculadas, de maneira diferente no tempo e em cada sociedade” (FLORES, 2014). Esse movimento tem seu auge nos anos de 1968, no interior de inúmeros movimentos por mudanças sociais, como os direitos civis e o antiguerra. Chamou atenção mundial, no desfile de Miss América, com um cartaz, visto em rede nacional, cujo slogan era: *women's liberation*. O movimento de libertação das mulheres consistia em discussões sobre a condição de gênero: direito ao aborto, creche, contracepção, maternidade, igualdade salarial, estupro e assédio sexual, atividades domésticas, dentre outras. Aqui, “notoriamente há correspondência com movimentos atuais, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, como “meu corpo, minhas regras”, “respeita as minas”, “não mereço ser estuprada”, e a indefectível sugestão de que “se homens engravidassem, contraceptivos seriam distribuídos gratuitamente” (CARTA CAPITAL, 2015).

Neste mesmo período, 1960 a 1980, na “segunda onda do feminismo”, outro movimento começa a ser articulado, o movimento feminista negro, “por conta da fundação da *National Black Feminist*, nos EUA, em 1973 e porque feministas negras passaram a escrever sobre o tema criando uma literatura feminista negra (HIRATA,2010). A dimensão raça era ignorada, no feminismo branco hegemônico e heteronormativo, “o feminismo negro surge para romper com essa universalidade do sujeito mulheres, colocar as mulheres negras como sujeitos políticos e, ao cunhar o conceito de interseccionalidade, as feministas negras estão afirmando que não pode existir primazia de uma opressão sobre a outra, pois agem de formas combinadas e entrecruzadas” (RIBEIRO, 2015).

A condição de gênero não é uma variável determinante isolada, “uma mulher branca e rica (capaz de delegar as tarefas domésticas e investir em educação) difere substancialmente da mulher negra e pobre” (KERGOAT, 2010). O feminismo negro legou “parâmetros para uma nova condição da mulher”, conforme Davis (2016), que não mais é tida por representações sob a ótica da supremacia masculina, definida em relação ao homem, mas sim enquanto sujeito da própria história. Para compreender melhor essa abordagem sobre a qual o presente estudo foi orientado,

a próxima seção abordou a contribuição do feminismo negro, bem como a abordagem interseccional.

### 2.3 MULHERES, CLASSE E RAÇA

O livro que deu o título a esta seção é representativo de um movimento que se iniciou nos Estados Unidos, na década de 1970, cuja essência é a apreensão da dinâmica da exclusão capitalista, tomando como nexos prioritários o racismo e o sexismo. “Angela Yvonne Davis, nascida na década de 1940, no estado do Alabama, mobilizou uma campanha mundial a favor de sua libertação, nos anos 1970, militante dos Panteras Negras e do Partido Comunista dos Estados Unidos, ela fora presa acusada de um atentado e assim ficou reconhecida mundialmente” (RIBEIRO, 2016).

Em sua obra principal e emblemática, *Mulheres, Raça e Classe*, discutiu o legado da escravidão e os parâmetros para uma nova condição da mulher em que explicitou a série de mitos associados a mulher, sobretudo a mulher negra. A autora traz à discussão a inexistência de estudos sobre a verdadeira história das mulheres escravas.

Como em geral acontece, a realidade se opõe diametralmente ao mito. Tal qual a maioria dos escravos, a maior parte das escravas trabalhava na lavoura. Embora nos estados localizados na fronteira entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos uma quantidade significativa de escravas realizasse trabalhos domésticos, as escravas do extremo sul – o verdadeiro núcleo do escravismo – eram preponderantemente trabalhadoras agrícolas. Por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura. (DAVIS, 2016, p.18).

Desse modo, no século XIX, o ideário convencionalizado às mulheres brancas, de exaltação à maternidade, a fragilidade, a sensibilidade e ao espaço doméstico, não se estendiam às mulheres negras. “Estas ainda lutavam por sua liberdade e, no decorrer da história, estiveram fora dos lares, trabalhando, assim como os homens

negros” (DAVIS, 2016, p.24). Evidente, que a luta por emancipação, nessa perspectiva, deu-se de modo diferente entre as mulheres brancas e as mulheres negras.

Quando a escravidão foi abolida, “a clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de mãe e dona de casa, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. “Mas entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia”. (DAVIS, 1981, p.33)

A condição da mulher escrava, pós-abolicionismo, não foi incorporada aos movimentos feministas da época, ainda que muitas mulheres brancas tenham aderido as lutas abolicionistas, que segundo Davis (2016, p.43) “não foram capazes de compreender a complexidade que envolvia a situação da mulher negra e suas necessidades prementes”. Assim é possível perceber os mitos que impossibilitaram avaliar a complexa condição da mulher negra. Este retrospecto traz uma inovação que consiste em “apreender o fenômeno social sob a perspectiva do sujeito e não daquele que conta a história” (PERROT, 2006).

Mulheres, Raça e Classe é uma obra cuja principal contribuição é o reexame crítico a respeito da história e condição da mulher negra. Embora a análise restrinja-se aos Estados Unidos, é enriquecedora para um estudo que se pretende sério sobre as desigualdades que permeiam a sociedade, especialmente uma multirracial e com um forte legado escravocrata, como o Brasil. Davis centrou-se no encarceramento em massa de negros nos Estados Unidos dos quais os últimos protestos são emblemáticos, a exemplo da morte de “Michael Brown por um policial branco que desencadeou uma série de manifestações em Ferguson, cidade de Missouri, revelando a tensão racial existente” (ESTADÃO, 2014).

Alguns dados do estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, são relevantes para discutir-se a questão racial:

Aumentou o número de negros entre os brasileiros mais ricos, de 11,4% para 17,8%. Apesar disso, a população branca ainda é maioria, oito em casa dez, entre 1% mais rico da população. Entre os mais pobres, por outro lado, três em cada quatro são pessoas negras, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais da metade da população brasileira (54%) é de pretos e pardos (grupos agregados na definição de negros), sendo que a cada dez pessoas, três são mulheres negras. Apesar de, proporcionalmente, o rendimento das mulheres negras ter sido o que mais se valorizou entre 1995 e 2015 (80%), e o dos homens brancos ter sido o que menos cresceu (11%), a escala de remuneração manteve-se inalterada em toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

A desigualdade entre negros e brancos, no Brasil, escondeu-se sob o manto da democracia racial a qual é desmentida por fatos e dados. Tal mítica foi sistematicamente desconstruída por uma feminista negra, referência sobre o tema, Sueli Carneiro.

O conflito racial não dá para nublar. Ele permanece aqui hoje, estruturando a sociedade brasileira, organizando a própria estrutura de classes sociais. Porque no topo da pirâmide temos uma hegemonia absolutamente branca e nas bases uma maioria absolutamente negra. Então, raça estrutura classe no Brasil. Este problema está aí desde a abolição. (CARNEIRO, 2017)

Sueli Carneiro é militante feminista, negra e antirracista, que com outras mulheres, concebeu o Instituto Gelédes, organização política de luta, pensando o que era “ser negra, no Brasil, em um contexto do feminismo branco hegemônico”. Assim, criticava o discurso clássico sobre a opressão da mulher que ignorava a experiência histórica distinta da mulher negra e com isso o impacto em sua identidade feminina.

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2013)

Para Sueli, o discurso clássico do feminismo, branco e heteronormativo, não rompia com estereótipos histórico e socialmente construídos, além de minimizar os problemas e discriminações enfrentados pelas mulheres negras. Sendo, portanto, senão o reforço, o distanciamento de sua realidade, “o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (CARNEIRO, 2013). Criou-se, a propósito desse mito racial, “a imagem da mulher negra sensual e forte, capaz de seduzir o senhor branco” (CARNEIRO, 2017). Este estereótipo não condiz com toda a forma de coerção sexual a que a mulher escrava foi submetida, sua apropriação e dominação pelo homem branco (DAVIS, 2016, p.37).

Apesar dos testemunhos de escravas e escravos sobre a alta incidência de estupros e coerção sexual, o tema tem sido mais do que minimizado na literatura tradicional sobre a escravidão. Às vezes, parte-se até mesmo do princípio de que as escravas aceitavam e encorajavam a atenção sexual dos homens brancos. O que acontecia, portanto, não era exploração sexual, mas miscigenação. (DAVIS, 2016, p.40)

“A necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados” (CARNEIRO, 2003) Para Sueli, a problemática da mulher negra deve ser compreendida por sua dupla subvalorização e, por isso, o feminismo clássico não consegue apreendê-la, na medida, em que a reduz apenas a sua condição de gênero. Ainda, para Sueli (2003), “as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas”. Aqui, é perceptível a abordagem interseccional, ainda que a autora não a defina a priori, a qual considera relações hierárquicas no imaginário coletivo, essa abordagem será aprofundada adiante.

Porque foi possível construir o pensamento social brasileiro, seja à direita, com o mito da democracia racial, seja à esquerda, via luta de classes, que em comum obscureceu o valor da raça na estruturação das mazelas

sociais, das desigualdades, das contradições desse país. É impossível, por exemplo, pensar o padrão de violação de direitos humanos no Brasil, com a crueldade e o descaso com que se realiza, sem compreender qual a população exposta a isso. Porque seria impossível ter esse mesmo comportamento com uma população branca. (CARNEIRO, 2017)

Para Carneiro (2011), há uma apropriação de conceito afim entender-se o potencial da igualdade, de Norberto Bobbio, de “igualdade substantiva, um princípio igualitário, porque elimina uma discriminação precedente”, a discriminação construída histórica e socialmente. Assim, há o reconhecimento dos direitos políticos, [pois] não se podem deixar de levar em conta determinadas diferenças que justificam um tratamento não igual. A igualdade racial, na perspectiva da filósofa, deve ser promovida por meio de políticas que visem essa correção para a superação das desigualdades reais a que foram e são submetidos, sobretudo as mulheres negras.

“No Brasil, Movimento feminista é um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais. Fato que ilustra essa potência é a constituição de 1988 que contemplou cerca de 80% de suas propostas, o que mudou radicalmente o status jurídico das mulheres” (CARNEIRO, 2003). De inúmeros avanços, destaca-se a criação dos conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate a discriminação contra às mulheres. A luta contra a violência doméstica estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão privada alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza outros organismos, como: as delegacias especializadas ao atendimento à mulher (Deams), os abrigos institucionais para as mulheres em situação de violência. Esses avanços são representativos das conquistas duras conquistadas por movimentos sociais feministas, no cenário nacional, ainda que os indicadores reflitam isso, de forma, progressiva e lenta.

Para Carneiro (2011), essas são conquistas substanciais, além disso, o movimento de feministas negras vem aumentando significativamente. Assim, devem, para tanto, engendrar as discussões em sua tripla dimensão, gênero, classe e raça. Sueli Carneiro trouxe à luz da discussão, no Brasil, uma abordagem enriquecedora,

ainda que não a formulasse didaticamente, no interior do movimento feminista negro e com isso ampliou a percepção em relação a condição de gênero e raça no Brasil.

“A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70)”. (HIRATA, 2013)

A abordagem interseccional, ainda que não formulada a priori, é desenvolvida pelo feminismo negro, sobretudo por gênero e raça. Sendo fundamental para a apreensão do fenômeno da desigualdade de gênero que se articula com outras dimensões, classe e raça, em nossa realidade dinâmica, e, assim, leva em conta as múltiplas fontes da identidade”. O interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas referentes as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como fica claro nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego (cf. GUIMARÃES, 2002; GUIMARÃES; BRITTO, 2008) Sendo assim, tornou-se o fundamento sobre o qual se assentou o presente estudo, com o intuito de ampliar o conhecimento acerca das desigualdades, sem o reducionismo dos debates políticos. Evidente que há crítica a esta abordagem, de Daniele Kergoat (2010, p.98), segundo a qual “pensar em termos de cartografia nos leva a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. “[...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação”.

A análise interseccional coloca mais em jogo o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível (HIRATA, 2013). Todavia, foi possível analisar a partir da tripla dimensão a fim de se obter uma avaliação mais factível. A abordagem consubstancial, de Daniele Kergoat (2010), a qual inclui inúmeras variáveis, ainda que importante não se mostrou viável. Dado os recursos



escassos, como tempo de pesquisa, tornou-se acessível a abordagem interseccional, ainda que observado a especificidade das relações sociais, conforme Kergoat (2010).

“O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p. 70). Sendo assim, as contribuições dessas teóricas conduziram o estudo sobre a economia solidária enquanto estratégia de superação das desigualdades. Os empreendimentos solidários estão inseridos na dimensão classe, já que integram àqueles excluídos formalmente do mercado de trabalho, além de inserir-se em um movimento social de contestação do capitalismo. Embora parte integrante desse movimento crítico, careça de estudos sobre seu potencial para a superação da desigualdade de gênero, ou seja, se, de fato, contribui para melhorar e conscientizar as mulheres que nele operam ou apenas representa uma extensão do seu “naturalizado papel na divisão sexual do trabalho”?

#### 2.4 A ANÁLISE INTERSECCIONAL POR ANGELA DAVIS

Angela Davis (2014), em sua obra *Mulheres, Raça e Classe*, expôs a intersecção em sua estruturação histórica, sistemática e relacional, tendo como nexos prioritários o sexismo e o racismo. Tornar-se-á, com isso, uma referência para a compreensão deste fenômeno na sociedade, em especial a norte-americana (objeto de suas pesquisas). Não obstante, o detalhamento histórico (embasado em dados estatísticos, em documentos legais e figuras proeminentes) aliado à perspectiva feminista permitiu importá-la enquanto fundamentação teórica para a realidade estudada. Ainda que observada as devidas especificidades, sua centralidade residiu na justificação do fenômeno da desigualdade enquanto processo histórico multidimensional.

Angela Davis (de)construiu a sucessão de estereótipos e mitos associados aos negros e negras, desde a escravidão. Como, por exemplo, a suposta “incapacidade da população negra para progressos intelectuais, ou mesmo, seu

desinteresse e apatia” (DAVIS, 2014, p.109). As crenças de que as mulheres negras eram “sedutoras e provocadoras de seus senhores, destinadas à servidão doméstica, fortes, diferentemente das mulheres brancas, frágeis, sensíveis e maternais. (DAVIS, 2014, pg. 185) A realidade das mulheres negras, todavia, não lhes dava alternativas devido à privação, o isolamento, a inacessibilidade, a discriminação, e o abuso. A sistemática de significações atribuídas a elas servia ao propósito de ocultar a verdade, a de que os homens brancos às escravizaram e a eles nenhum juízo de valor foi imputado.

A autora traduziu a dimensão simbólica da exploração e dominação das mulheres negras que, infelizmente, os livros de história não contemplaram, presos à perspectiva dominante (masculina e branca). A intersecção, por Angela Davis, é condicionada e originada nas relações econômicas, sociais e políticas, e por meio, de sua dinâmica histórica é possível identificá-la. No século XIX, à medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização- se disseminou por meio de novas revistas femininas e de romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo.

Proporcionalmente as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. (DAVIS, 2016, pg. 17)

Davis (2016) significa uma distinção substancial, entre mulheres brancas e negras, uma vez que a lógica dominante não se estendia às mulheres negras, de culto a maternidade, a fragilidade, a aquiescência. As mulheres não eram femininas demais para o trabalho nas minas de carvão e nas fundições de ferro, tampouco para corte de lenha e abertura de valas. (DAVIS, 2016, pg. 23) Aqui a intersecção é latente, ou seja, o gênero feminino é significado por sua fraqueza física, por sua função reprodutora (materna), por sua dependência material em relação ao homem, e por seu condicionamento ao espaço privado (doméstico).

Todavia, as mulheres negras e escravas desconstroem estes padrões pois desempenharam atividades iguais aos homens as quais demandam força física. A autora, ainda traz como exemplo, a situação das mulheres brancas empregadas nas fábricas da Inglaterra, na Revolução Industrial, segundo relato de Karl Marx, em O capital:

Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utilizam em vez de cavalos, mulheres para puxar os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e máquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres da população excedente está abaixo de qualquer cálculo. (DAVIS, 2016, pg. 5)

Portanto, a condição de gênero foi insuficiente para apreender toda a dinâmica a que as mulheres em geral estavam submetidas. As mulheres negras e escravas, do século XIX, estavam triplamente subvalorizadas, uma vez que a escravidão as desumanizava (dimensão raça), e pelo domínio econômico ostensivo do homem branco (dimensão classe).

Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão masculino quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências da escravidão. Algumas, sem dúvida, ficaram abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido e, nesse processo, adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade do século XIX. (DAVIS, 2016, pg. 34)

As mulheres brancas da Inglaterra, no século XIX, eram duplamente subvalorizadas, em sua condição de gênero e de classe. Logo, as representações simbólicas sobre as mulheres eram úteis para explorá-las tanto em suas atividades domésticas e reprodutoras, como em sua sujeição ao homem (supremacia masculina). Todavia, tal lógica era atribuída exclusivamente as mulheres brancas e ricas, às mulheres pobres, às mulheres negras e às mulheres negras e pobres restavam outras formas de exploração e dominação. Davis (2016) não descreve didaticamente a intersecção, mas a mostra em seu processo histórico que reconstitui “o processo de exclusão que mantém a sobre-representação de mulheres

negras em índices sociais negativos, como encarceramento, desemprego e renda” (SOUZA, 2005)

As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado dos companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros- as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas. (DAVIS, 2016, pg. 39)

Davis (2016) retrata a problemática da mulher negra que ao desconstruir a lógica dominante (passividade e dependência) era “tida como anomalia” e alvo de “todo tipo de violência e coerção sexual”. “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras. (DAVIS, 2016, pg. 20) Desta forma, a intersecção revela a contradição a que as mulheres negras estavam imersas e cuja expressão maior era a violência e o abuso sexual. Conforme ainda a autora, isso impedia, no interior do movimento sufragista e posteriormente feminista, o avanço do debate entre mulheres negras e brancas pois estas não compreendiam tal paradoxo e não incluíam em suas pautas as condições da mulher negra.

Angela Davis (2016) demonstra como as representações femininas eram destinadas a explorá-las e dominá-las. Todavia, dado caráter interseccional de seu reexame histórico, é possível identificar como a condição de gênero não é um determinante isolado das condições materiais e sociais de uma mulher, uma vez que é imbricada com outras dimensões, como classe e raça. Sendo assim, partiu-se de sua obra como orientação para identificar se/ como a experiência solidária contribui com a desconstrução de lógicas, pressupostos e crenças a que as mulheres estão submetidas.

### 3 MÉTODO

Nesta seção, os procedimentos metodológicos foram delimitados e detalhados, com intuito de alcançar os objetivos propostos. Desta forma, foi dividido em três subseções: tipo de pesquisa, coleta de dados e análise de dados.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

A tradição fenomenológica parte da perspectiva de que o mundo e a “realidade” não são objetivos e exteriores ao homem, mas socialmente construídos e recebem um significado a partir do homem. (ROESCH, 1999, p. 122) O estudo da economia solidária enquanto estratégia de superação das desigualdades requer a compreensão dos significados que as mulheres atribuem a sua experiência, sobretudo, posteriormente ao desenvolvimento das práticas solidárias. Logo, constata-se seu caráter fenomenológico cuja implicação metodológica é a utilização da pesquisa qualitativa.

Então conforme esclarece Jones (1987), a pesquisa qualitativa procura o que é comum, mas permanece aberta para perceber a individualidade e os múltiplos significados, em vez de destruí-los na busca por uma média estatística. ((ROESCH, 1999, p. 124)

O delineamento de pesquisa é o de natureza exploratória, com o intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema e torná-lo explícito. “Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2002, p.41). Associa-se a isto, a estratégia que o viabiliza: estudo de caso.

“(…) é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (Yin, 2010, p. 30)

O estudo de caso consiste na investigação profunda e exaustiva de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos (GIL, 2002, p.54). Além disso, conforme Roesch (1999), caracteriza-se como estratégia de pesquisa por alguns aspectos: permite o estudo de fenômenos em profundidade dentro de seu contexto; é especialmente adequado ao estudo de processos e explora fenômenos com base em vários ângulos. Portanto, sua relevância é evidente ao comportar as singularidades do presente estudo, entre as quais, o processo (experiência solidária), fenômeno (desigualdade de gênero, classe e raça), múltiplos ângulos (enfoque interseccional).

Este estudo de caso exploratório, ainda em seu procedimento técnico, contará com triangulação de dados, já que envolve diferentes fontes (literatura, entrevistas e observação participante). “A vantagem mais importante apresentada pelo uso de fontes múltiplas de evidências, no entanto, é o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação” (YIN, 2010, p.143). Estabelecido o delineamento, qualitativo e exploratório, a estratégia, estudo de caso, e o procedimento técnico, triangulação de dados, é possível passar à fase seguinte. Nas próximas subseções são apresentadas as coletas de dados, e as técnicas de análise de dados.

### 3.2 COLETA DE DADOS

O propósito da pesquisa foi estudar a economia solidária enquanto estratégia de superação das desigualdades de gênero, classe e raça. Para tanto, foi fundamental a compreensão de mulheres que se situam nesse campo, bem como suas percepções sobre a realidade que as cercam. Nessa perspectiva, as participantes da pesquisa foram escolhidas por atenderem tais especificidades, além da acessibilidade e da conveniência.

Os dois empreendimentos solidários são: Univens, localizado no bairro Sarandi, e o Misturando Arte, no bairro cascata. Estes são constituídos por mulheres

as quais mostraram-se dispostas à contribuir com o trabalho acadêmico. Além da experiência solidária, contou-se também com a pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, NEGA, no segundo semestre de 2016. Esta pesquisa, cuja coleta dos dados a autora participou, permitiu traçar um perfil socioeconômico das famílias residentes destas regiões. Assim, incluem-se informações de renda, consumo, moradia, educação, as quais são representativas da vulnerabilidade social existente.

Por muitas vezes o pesquisador de estudo de caso foi negligente, não seguiu procedimentos sistemáticos ou permitiu que se aceitassem evidências equivocadas (YIN, 2010, p.20). A coleta de dados é fator crítico em um estudo qualitativo, e, por isso, a triangulação de dados pode contribuir para evitar a negligência apontada por Yin. Para este estudo serão: revisão teórica, entrevistas e observação participante. As fontes de dados são primárias (entrevistas, documentos, observação participante) e secundárias (artigos científicos, referencial teórico).

Entrevistas de uma maneira simples é uma conversa com o propósito (ZANELLI, 2002). Este propósito é entender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações de contextos que não foram estruturados anteriormente a partir de suposições do pesquisador (ROESCH, 1999, p.20). A abordagem interpretativa reconhece que os significados emergem da interação e não são padronizados de lugar para lugar ou de pessoa para pessoa.

Neste projeto optou-se pela entrevista semi-estruturada (entrevistado fala livremente) por permitir que a entrevistada pronuncie sua opinião, mas dentro de um roteiro pré-elaborado, evitando, assim desvios de foco. No anexo A está apresentado o roteiro das entrevistas.

A entrevista semi-estruturada tem como objetivo principal compreender os significados que os entrevistados às questões relativas ao tema de interesse. O registro da entrevista pode ser feito por meio de gravação direta ou de anotações realizadas pelo entrevistador durante o processo. (GODOY, 2006, p 134)

Yin (2010) entende que as entrevistas são fontes essenciais de evidências para estudo de caso; porém, ressalta que estão sujeitas aos problemas de vieses,

memória fraca e articulação pobre e imprecisa. Por isso, recomenda que sua análise seja corroborada com dados obtidos de outras fontes. Observação participante põe o pesquisador dentro do cenário para que possa compreender a complexidade dos ambientes psicossociais (GODOY, 2006). A observação participante ocorreu nas reuniões agendadas semanalmente, no mês de outubro a novembro, aos quais foram tanto para gestão, quanto para questões pontuais dos empreendimentos. As três fontes de dados apresentaram seus pontos negativos e positivos e, por este motivo, foram elencadas diferentes técnicas com o propósito de confrontar os dados e preservar o rigor da pesquisa. A próxima seção abordou a análise dos dados coletados.

### 3.3 ANÁLISE DE DADOS

Partindo-se da coleta de dados, verificou-se, então, que estavam disponíveis anotações da pesquisadora participante, registro das entrevistas, bem como as informações da revisão teórica. A partir disso, foram construídos indicadores, utilizando-se análise interpretativa (entrevistas e notas de observação participante). A análise seguiu os passos propostos por Laurence Bardin (2011): formulação das hipóteses e formulação de indicadores.

Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo ao procedimento de análise (BARDIN, 2011, p. 128). Aqui, algumas hipóteses são cabíveis com o propósito de orientação, tanto para a coleta de dados, quanto para a sua posterior interpretação. Contudo, não são únicas e isoladas, uma vez que se deve considerar a riqueza e a diversidade inerentes à realidade concreta. As hipóteses baseiam-se em um trinômio desenvolvido por Corcetti e Loreto (2017), para avaliar a contribuição de iniciativas políticas e profissionais para as mulheres em situação de vulnerabilidade social, são elas: lógicas, pressupostos e crenças.



**H1:** As experiências solidárias contribuem com a desconstrução de lógicas, pressupostos e crenças que cercam as mulheres.

**H2:** As experiências solidárias não contribuem com a desconstrução de lógicas, pressupostos e crenças que cercam as mulheres.

Dado o principal objetivo do estudo, a economia solidária como estratégia de superação das desigualdades de gênero, classe e raça, fez-se necessário e coerente, a definição dessas hipóteses, já que permitem uma abordagem integrada. As lógicas, crenças e pressupostos compreendem as desigualdades, ou seja, em como as mulheres percebem e lidam com sua realidade marcadamente desigual. Sendo assim, considerou-se a desconstrução uma alternativa para torná-las independentes, autoconfiantes, e, com isso, melhorar sua vida. O estágio seguinte, foi a formulação de indicadores, tornou ainda mais evidente a relevância das hipóteses.

Os indicadores serviram para fundamentar a interpretação final, conforme Bardin (2011). Logo, aqui foram avaliadas as entrevistas, a observação participante e a revisão teórica. Essa triangulação permitiu categorizar, classificar, interpretar e validar as hipóteses um e dois.

A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo. (BARDIN, 2011, p. 133)

Dada complexidade, não bastam categorizar as palavras as quais não comportam isoladamente a diversidade de significações e contextos, logo o fundamento são os acontecimentos os quais foram “a unidade de registro” (BARDIN, 2017). Esta foi definido, tanto pela literatura, quanto ao longo das próprias entrevistas, e de acordo com seu aspecto positivo e negativo. Aqui considerou-se a lógica pertinente as hipóteses segundo as quais, o positivo seria a desconstrução e, portanto, a concepção da mulher enquanto sujeito, e a negativa, seu inverso. Assim,

é contemplada a abordagem integrada, a qual categoriza, mas não hierarquiza, uma vez que não tem a pretensão de naturalizar as desigualdades existentes. Daí criou-se uma escala que possibilita validar as hipóteses supracitadas, lembrando-se que não é uma análise quantitativa e, portanto, as respostas serão apenas codificadas, de modo a facilitar a interpretação.

Por exemplo, na categoria gênero, de acordo com Perrot (2006); Hirata (2000) e Davis (2016), a mulher é definida em relação ao homem, como, por exemplo, esposa, dona de casa e não enquanto sujeito. Assim, identificou-se a concepção das mulheres em relação a si mesmo, confinadas à concepção masculina (aspecto negativo) ou independentes (aspecto positivo).

Assim, depois da análise interpretativa, foram realizadas as validações das hipóteses as quais foram confirmadas mediante a identificação de regularidades nas respostas a fim de identificar se as experiências solidárias são estratégias de superação das desigualdades ou reproduzem os mesmos padrões de discriminação, conforme a literatura apresentada. Lembrando que este estudo é incapaz de apontar resultados conclusivos e, portanto, dado caráter exploratório, servirá para familiarizar as abordagens desenvolvidas e sua análise em uma realidade concreta.

## 4. APRESENTAÇÃO DE DADOS

Nesta seção foram apresentadas a história, a estrutura e o funcionamento dos dois empreendimentos pesquisados, da economia solidário. O propósito foi apreender suas dinâmicas organizacionais, além de situá-los na realidade das mulheres.

### 4.1 UNIVENS

A Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos Ltda, Univens, foi fundada em 23 de maio de 1996 e está localizada na Vila Nossa Senhora Aparecida, bairro Sarandi, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O propósito de sua criação foi abrir espaço para mulheres com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal.

A cooperativa é composta por 28 mulheres as quais definem-se como cooperadas ou associadas. A faixa etária varia de 24 anos a 63 anos de idade, o turno da manhã é das 7:30h às 11h, quando todas vão para casa. À tarde, trabalham das 13h às 18:30h. É comum fazer hora-extra ou até mesmo trabalhar aos sábados para dar conta dos pedidos. Os produtos são confecção de camisetas, uniformes escolares e profissionais, entre outros. Também compõem um dos elos da cadeia de produtos de algodão orgânico Justa Trama o qual reúne empreendimentos de 5 regiões do Brasil.

A trajetória da Univens passou a ser objeto de estudo de muitas entidades e pessoas; algumas, interessadas em conhecer a trajetória de empreendimento da economia solidária para tentar implementar na sua comunidade, outras, com interesse de aprendizado, como universidades, por exemplo. O fato é que a Univens é uma cooperativa conhecida em várias cidades, estados e países, como por exemplo, Rio de Janeiro, Brasília, Ceará, Espanha, França e Itália, entre outros. (WOLF, 2008)

O principal espaço para as deliberações e as decisões é a Assembleia Geral, na qual se reúnem uma vez por mês, durante o expediente. “São nestas reuniões que decidimos sobre os trabalhos que serão realizados, sobre os prazos, sobre os

eventos, sobre tudo da cooperativa”, conforme E1. Nelsa Inês Fabian Nespolo é a líder e fundadora da organização, define a organização como resultado de relações solidárias e decisões democráticas, de acordo com os preceitos da economia solidária. Desta forma, não há uma relação empregador/empregado, diferente da lógica capitalista dominante. Todas as cooperadas, além da função exercida, preocupam-se com os resultados/ prejuízos, assim como todos os aspectos relacionados a cooperativa.

#### 4.2 MISTURANDO ARTE

O grupo Misturando Arte é um empreendimento da economia solidária, situado no bairro Cascata, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Surgiu há onze anos por iniciativa de duas irmãs procedentes de uma família de artesãs. O propósito de sua criação era a constituição de uma feira cuja reunião com outras artesãs e negociação com a escola local deu origem ao grupo.

A família das duas fundadoras tem um bar no bairro há, mais ou menos, 20 anos e ali vendiam seus produtos artesanais. Da ideia de uma feira, mapearam outras artesãs e, com elas, montaram a feira a qual foi intitulada Misturando Arte devido à diversidade da arte e da cultura. Com êxito, transformou-se em um evento cultural do bairro que era organizado repetidamente, com bandas de moradores e chegou a agrupar cerca de 40 pessoas entre artesãos e outros produtores. Neste período, foram convidados para uma feira na Glória e foi necessário escolher 15 colaboradores pois não havia espaço físico para todos. Neste evento, houve o primeiro contato com a economia solidária, e conheceram o AVESOL que é uma ONG de fomento da economia solidária, parceira até hoje.

A sede foi inaugurada em 2015 e está localizada ao lado do bar da mãe da associada entrevistada, no bairro Cascata. Hoje são quatro mulheres trabalhando diretamente, além de outras colaboradoras. No empreendimento, conforme [E2], não há geração de renda suficiente para suprir as necessidades das associadas, e, portanto, acaba sendo uma atividade secundária para estas mulheres. Desta forma, não há uma rotina preestabelecida de trabalho e depende das negociações e disponibilidade de cada colaboradora. Os produtos e serviços são desenvolvidos a

partir de materiais recicláveis, dentre os quais: bijuterias, camisetas customizadas e conceituais, bolsas, acessórios e pet. Os serviços consistem em oficinas de artesanato e economia solidária, atendimento a eventos. Os produtos continuam sendo vendidos no bar ao lado da sede e nas feiras de economia solidária.

Nos dois empreendimentos, Univens e Misturando Arte, o Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vem desenvolvendo trabalhos conjuntos para implementação de bancos comunitários. Tais esforços permitem a estes empreendimentos receber suporte, material e estratégico, da universidade. No Misturando Arte há reuniões semanais, nas quartas-feiras, que permitem além de acompanhá-lo, formular outras estratégias como de criação e divulgação de feiras. Estas são desenvolvidas por um professor e uma bolsista responsável pela criação de material gráfico e registro das deliberações. Na Univens, as reuniões acontecem também semanalmente com igual funcionamento. A Universidade contribuiu também com um estudo das duas regiões nas quais foram mapeados os dados socioeconômicos dos moradores e seus hábitos de consumo.

#### 4.3 DADOS DAS ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2017, assim como a observação participante. Esta realizada semanalmente, nas quartas-feiras, para o acompanhamento das reuniões e, com isso, foi possível obter informações/dados por meio de anotações.

Tabela 1: Entrevistados

DADOS DAS ENTREVISTADAS							
Entrevistadas	Idade	Estado Civil	Escolarização	Filhos	Trajectoria Profissional	Etnia	ES
Participante 1	71	Solteira	Técnica enfermagem	3	Cozinheira no hospital/ técnica enfermagem	Branca	Misturando Arte

<b>Participante 2</b>	40	Solteira	Ensino Médio completo	-	Secretária/Telemarketing	Branca	Misturando Arte
<b>Participante 3</b>	35	Casada	Ensino Médio Completo	1	Telemarketing	Negra	Misturando Arte
<b>Participante 4</b>	55	Solteira	Ensino Fundamental Incompleto	1	Costureira (indústria)	Branca	Univens
<b>Participante 5</b>	59	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	2	Metalúrgica	Negra	Univens
<b>Participante 6</b>	30	Solteira	Ensino Fundamental Incompleto	1	Serviços Gerais	Branca	Univens
<b>Participante 7</b>	31	Casada	Ensino Médio Incompleto	2	Secretária	Negra	Univens
<b>Participante 8</b>	28	Solteira	Ensino Fundamental Incompleto	1	Costureira	Branca	Univens
<b>Participante 9</b>	42	Casada	Ensino Superior Incompleto	1	Costureira/Auxiliar de escritório	Branca	Univens
<b>Participante 10</b>	39	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	2	Costureira (indústria calçadista)	Branca	Univens

Fonte: Autora (2017)

Entrevista de uma maneira simples é uma conversa com o propósito (ZANELLI, 2002). Este propósito é entender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações de contextos que não foram estruturados anteriormente a partir de suposições do pesquisador (ROESCH, 1999, p.20). Desta forma, as entrevistas, semi-estruturadas, eram conduzidas de modo a permitir que as participantes falassem abertamente sobre suas trajetórias e percepções afim de assinalá-las. Cada entrevista foi gravada e, posteriormente transcrita, sendo todas com duração de aproximadamente 40 minutos.

Na seção seguinte, foram apresentadas as análises sobre as entrevistas, assim como a observação participante as quais articularam-se com o referencial teórico. As três fontes de dados apresentaram seus pontos negativos e positivos e, por este motivo, foram aplicadas conjuntamente afim de apontar supostas convergências, bem como evitar problemas de utilizá-las isoladamente.

## 5. ANÁLISE DE DADOS

O objeto da análise foi a suposição de uma ruptura. Daí a viabilização de sua apreensão temporal, ou seja, a situação anterior e a posterior ao processo. A ruptura (experiência solidária), a situação antecedente (condição da mulher) e a situação posterior (a permanência ou a mudança). A análise subsequente obedeceu tal ordem lógica que oportunizou a apreensão da abordagem interseccional no interior da economia solidária.

Os perfis das mulheres convergem quanto à classe, origem familiar e trajetória profissional, embora respeitadas suas singularidades. Na família de todas, sem exceção, os pais não concluíram o ensino fundamental devido à necessidade de trabalhar. Apenas a mãe da [P3] não trabalhava fora de casa, ou, como afirmado por ela, “não trabalhava”, ainda que desempenhasse as atividades domésticas, como cozinhar, limpar, lavar e cuidar dos filhos. O início precoce em atividades remuneradas, cinco mulheres começaram aos 13 anos, deveu-se à difícil condição financeira dos pais.

[P2] - Comecei a trabalhar com 14 anos de empacotadora no mercado. Minha família sempre teve que batalhar muito. Tinha que ajudar minha mãe. A gente lutava pelo mínimo, não era fácil.

Para estas mulheres, o trabalho é associado à luta, à dificuldade, à sobrevivência. Tal significação foi identificada em quase todos os discursos a que o referem e, com isso, ocupa posição central em suas vidas. A educação, nessa circunstância, foi relegada ao papel secundário, como afirmou [P8]: “precisava de dinheiro para viver, os pais não incentivavam a estudar, precisava trabalhar né”. Ainda que os pais orientassem, como nos casos da [P2]; [P9], e [P10], a estudar, muitas trabalhavam por sentirem-se impelidas a ajudá-los financeiramente, ou mesmo, para adquirir coisas com as quais eles não poderiam arcar. Para Kergoat (2010) o gênero não é uma variável determinante isolada, a mulher pobre não pode

pagar por uma educação, tampouco delegar atividades tradicionalmente conferidas a elas, como cuidar dos filhos e da casa.

P10 – Faculdade minha mãe dizia que era coisa de gente rica que ela não tinha como pagar. Eu tinha que fazer um curso de secretariado ou algo assim.

Todas as mulheres assinalaram a escassez de oportunidades como problemática da educação e do emprego. Deste modo, as trajetórias profissionais foram marcadas por empregos precários e de baixa remuneração, como costureira (indústria calçadista), secretária, serviços gerais, faxina, telemarkting. Além disso, todas realizavam atividades domésticas em casa, além de ajudar os integrantes da família.

P10 – Sempre fiz tudo em casa, aprendi com a mãe. Meu pai não fazia nada em casa porque trabalhava o dia todo. A mãe trabalhava de costura então como ficava em casa fazia tudo e eu ajudava ela.

Ainda que trabalhassem e contribuíssem com o orçamento familiar, para a maior parte, a prioridade não era a construção de patrimônio, estabilidade financeira, realização profissional ou mobilidade social (constructos ausentes nas falas). A preocupação central com a manutenção da casa não somente em seu aspecto físico, mas também simbólico (família) é evidente em suas opiniões. Elas atribuíram a si a incumbência de preservá-la e administrá-la, sobretudo após o casamento e o nascimento dos filhos.

P1 - O trabalho sempre foi o mais importante pra mim. Mas eu sabia meu lugar. Todo serviço da casa tem que ser partilhado. Mas tem os homens que não gostam.



A reconstrução da história destas mulheres permitiu a assimilação de diversas lógicas sexistas e classistas as quais podem tê-las limitado. Aqui pôde-se estender à discussão ao contexto social brasileiro no qual estão imersas. Os papéis naturalizados, conforme Carneiro (2017), ainda as condicionam a uma posição secundária, definindo-as em relação aos homens. Portanto, ainda que a prioridade fosse o trabalho e sua consequente independência (dimensão classe), a lógica sexista “colocava-a em seu lugar”, ou seja, em sua resignação (dimensão gênero).

“O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p. 70).

Para Angela Davis (2016) as representações femininas eram destinadas a explorá-las e dominá-las. Com exceção de [P2], todas definiram-se em relação a papéis, mãe, esposa, dona de casa, e enfatizaram o esgotamento e estresse que as obrigações lhes causavam. As cinco mulheres casadas relataram a falta de reconhecimento do parceiro quanto aos seus esforços em cuidar de tudo. A desvalorização dos parceiros poderia ser interpretada por esta inferiorização histórica. O modo de fazê-las manter todas as funções das quais eles podem isentar-se, e, ainda assim, preservar o seu status e o seu reconhecimento social. Além disso, a elas é atribuído a afetividade e a irracionalidade e que, conforme [P9] “não se deve discutir porque é sentimental e louca”. Tal representação tem o intuito de desacreditá-las e desmerecê-las e assim evitar-lhe a discussão e a reivindicação.

P2 - Minhas amigas dizem como tu não vai ter filho. Que eu sou louca. Mas dou nos dedos delas. Olha quantas coisas eu fiz e tu não. Ter filho não quer dizer que vai ter alguém pra ti cuidar. (maternidade) Minha mãe como engravidou cedo e me aconselhou a não fazer o mesmo. Sofri pressão pela idade pra ter filho. Não vou fazer filho pra agradar ninguém. Não vou ter porque estão enfiando isso na minha cabeça.

Para Davis (2016), a mulher branca é significada por sua fraqueza física, por sua função reprodutora (materna), por sua dependência material em relação ao

homem, e por seu condicionamento ao espaço privado (doméstico). Desta forma, para a maioria das mulheres, a maternidade não é opcional, ainda considerada por seu status simbólico. A única que não é mãe, neste grupo, enfrenta severas críticas e pressões por parte de amigas, familiares e parceiros anteriores. Aqui vê-se claramente o que Davis (2016) chamou de “a universalidade do sujeito mulher”, ou seja, a mulher é pensada por papéis que quando desafiados engendram reprovação social.

Partimos do reconhecimento da desigualdade histórica entre homens e mulheres, e sua incorporação pelo sistema capitalista como elemento estruturante da sociedade capitalista, configurando gênero como papéis sociais diferenciados, assentados numa assimetria de poder, na qual o feminino é desvalorizado e considerado inferior em diversas dimensões, inclusive no trabalho. (BONUMÁ, 2015, p.23)

Há um consenso explícito, entre todas, sobre sua força física e emocional “por trabalharem mais que os homens, estarem sempre prontas e não reclamarem”, conforme [P5]. Daqui, entretanto, depreendeu-se uma via de mão dupla por desconstruir a lógica da fragilidade feminina, ao passo que naturaliza sua sobrecarga de trabalho. Para Davis (2016) a representação da fragilidade feminina era útil na igualdade de condições econômicas, porém quando era necessário explorá-las como força de trabalho, a ideia de fragilidade rapidamente era ignorada.

P[10] – Ele sustenta a casa e fala que meu trabalho não é bom porque eu nunca tenho dinheiro. Ele acha que faz demais pagando as contas. Sendo que eu gasto um monte com as crianças e ainda faço tudo pra ele e pra elas.

A afirmação de [P10] é emblemática da latente convergência de opressões: a igualdade no trabalho remunerado deveria condicionar a igualdade no trabalho doméstico, todavia gênero significa classe. Assim, o trabalho e a remuneração da mulher são desvalorizados, quando, como observado por ela, são orientados aos filhos (suposta prioridade do casal). Deste modo, há uma hierarquia que subvaloriza a mulher no interior da família, ainda que sua renda seja essencial e assim permitiu-

a acumular tripla jornada, enquanto a ele basta a atividade remunerada e o descanso.

As feministas negras estão afirmando que não pode existir primazia de uma opressão sobre a outra, pois agem de formas combinadas e entrecruzadas” (RIBEIRO, 2015, pg.28).

Para a [P3], além de tal situação, estendia-se o preconceito racial que por diversas vezes vivenciou:

[P3] – Ser negra aqui é difícil. Acham que vai ser empregada, dizem que é forte, não é sensível, é pau pra toda obra. Falam mal do cabelo. Mesmo assim acho que melhorou.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, para Carneiro (2014), este legado é estruturante da sociedade, porque aqui raça define classe. Davis (2016) afirmou que a desconstrução da mulher negra enquanto doméstica é a pré-condição para sua emancipação. A mulher negra, nesta circunstância, é triplamente subvalorizada pois além do sexismo, e da classe, enfrente o racismo que (re) produz distorções nas significações que orientam a sua vida. Para [P5], “está história de ser fraca nunca existiu, sempre trabalhei muito e sou forte”. Para Davis (2016) a problemática da mulher negra que ao desconstruir a lógica dominante (passividade e dependência) era “tida como anomalia” e alvo de “todo tipo de violência e coerção sexual”. Ainda segundo a autora, o legado da escravidão conferiu distinções na identidade feminina negra que os movimentos feministas não conseguiram assimilar.

As participantes negras trouxeram o racismo e os estereótipos como entraves a sua melhora de vida, uma vez que se sentem sub-representadas em todas as esferas, política, econômica e cultural.

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. (CARNEIRO, 2013, pg 11)

As limitações materiais e educacionais (dimensão classe), os mitos e os pressupostos machistas (dimensão gênero), e, para as mulheres negras, os estereótipos e o racismo (dimensão raça) atuaram de modo cruzado, significando e ressignificando a forma de oprimi-las e domina-las. Deste modo, a desigualdade de recursos e de poder conduziram-nas a empregos precários e mal remunerados. A economia solidária, portanto, foi a alternativa para a superação desta realidade.

O ingresso na economia solidária é considerado por todas um momento de ruptura, transformação radical em relação aos paradigmas tradicionais capitalistas, de competição e hierarquia. Conforme Singer (2004), seus princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.

[P3] - Não tem patrão mas sabemos nossa responsabilidade. Uma vez por mês. Todo dia 23/11, tem assembleia, todos os assuntos da cooperativa, agendas, feiras, viagens. Aqui é bem aberto, tem flexibilidade, confiamos uma nas outras. Nas vantagens, ter essa liberdade, tudo é dentro do que é certo. Eu me sinto bem porque tem essa liberdade, tem essa amizade, essa confiança, a fulana passa muito confiança. Temos todos os benefícios, INSS. O diferencial de saber o que eu faço.

Segundo Scheneider (2010), a economia solidária preocupa-se em romper com a lógica tipicamente empresarial em dois aspectos: “eliminar a divisão entre pessoas trabalhadoras e os meios de produção e entre produção e apropriação dos frutos do trabalho. Nesta perspectiva, o conhecimento dos processos, as decisões, os resultados materiais e simbólicos pertencem a todas. Esta transferência de poder conferiu-lhes maior reconhecimento de si e de seu trabalho.

[P8] - Aqui todas podem opinar e decidir. Não tem essa de uma ser melhor que a outra. Todas são importantes. Nos sentimos parte de algo maior.

As cooperadas (como intitulam-se), da Univens, definiram o controle e a flexibilidade como os determinantes para a sua melhora de vida. As associadas, do Misturando Arte, também os apontaram, além da possibilidade de desenvolver a comunidade, por meio da cultura e da arte. Nos dois empreendimentos há o desenvolvimento de atividades historicamente associadas à dita identidade feminina, confecção de roupa, costura e artesanato.

Os empreendimentos de mulheres ainda estão centralmente nos segmentos de alimentação, confecção, artesanato e reciclagem, configurando quase uma extensão do aprendizado e da prática do trabalho doméstico (FLORES, 2014).

Para Gaiger (2006) a economia solidária apresenta-se como estratégica de superação das desigualdades sociais ao permitir uma articulação de “caráter multifuncional em que as pessoas possam atuar simultaneamente na esfera econômica, social e política e agir concretamente no campo econômico, ao mesmo tempo em que interpelam as estruturas dominantes”. Portanto, embora a atividade-fim represente uma extensão do trabalho doméstico, as demais funções atribuíram-lhe outras significações, assim como a integração as suas colegas.

[P4] – A gente não só trabalha, mas participa do social. Aqui eu vejo um mundo melhor, mais tranquilo. Antes (no outro trabalho) não me importava com o que eu tava fazendo, saia da minha mão nem sabia pra onde ia. Agora me preocupo pra onde vai, quem vai usar

A experiência solidária impactou na identidade destas mulheres, sobretudo por romper com os mecanismos das relações sociais de produção, dominação e exploração.

Dominação diz respeito à capacidade de controlar as atividades de outras pessoas; exploração remete a uma relação econômica, em que outros elementos, o bem-estar material de um grupo depende da privação material de outro grupo e, no contexto da exclusão dos recursos necessários a sobrevivência, o grupo em situação de privação material “oferece” sua força

de trabalho para os detentores dos meios socialmente necessários para a produção econômica. (PESCHANSKI, 2016)

A autoestima e a confiança podem ser identificadas pela ênfase ao termo importante, “somos importantes, cada uma é importante”, conforme [P7]. Deste modo, a experiência solidária foi responsável por desconstruir lógicas classistas, uma vez que as transferiu o controle de decidir (participar das decisões), bem como o conhecimento integral dos processos da organização e do seu próprio trabalho.

[P2] - A economia solidária é das mulheres. A maioria é mulher. Os nossos empreendimentos são os mais precarizados, os que menos geram renda. A mulher faz do empreendimento o plus, o complemento, já o homem não. O homem é o emprego, é o trabalho dele. Porque eles conseguem levar mais que ela, porque ela tem que ir pra casa cedo fazer comida, levar o filho na escola. Vai tralhar oito horas por dia.

O gênero é compreendido por uma série de atribuições representativas e comportamentais a ele vinculadas.

[P5] - A rotina é puxada, tenho que resolver os problemas. (cozinhar, lavar e passar) Hoje mesmo deixei roupa lavando e depois vou estender. Tenho controle da casa e do trabalho.

Às mulheres brancas e pobres o condicionamento ao espaço privado, sobretudo a responsabilidade pelas atividades domésticas, é explicado por sua subvalorização histórica (gênero e classe).

[P6] - o homem acha que essa é a única função da mulher, cuidar da casa e dos filhos, e se agente não faz, não tem quem faça né”.

A importância atribuída à flexibilidade, no interior da economia solidária, pôde ser interpretada como a possibilidade de rompimento com esta subvalorização do par gênero e classe. Todas reconhecem a dupla jornada a que estão sujeitas, a

sobrecarga física e emocional, as preocupações e por isso compreendem a importância de conciliá-las. Portanto há uma apreensão sob a ótica das próprias mulheres e, com isso, sua valorização em detrimento de sua desvalorização sob a ótica masculina dominante segundo o qual suas atividades são secundárias e inferiores, conforme Davis (2016). Deve-se levar em consideração que a valorização ainda que sirva a melhora de vida suas vidas, viabiliza a permanência de sua “naturalização”. Isto deveu-se a contradição das experiências associativas as quais provocam movimentos e fissuras na estrutura patriarcal ao mesmo tempo em que estão circunscritas a ela.

A experiência associativa “privilegia a solidariedade em vez da busca por lucro” (SINGER, 2006). “Toda mulher é importante aqui, todas fazem parte igual” [P9]. Portanto, viu-se nesse ambiente a integração política, econômica e social das mulheres. Isto porque além das conversas informais, as decisões democráticas levaram-nas a entender a importância da outra, assim como a sua própria. Daí, como afirmado por P[4], “conversamos sobre tudo e somos muito parecidas, ainda mais em casa”.

As representações femininas eram destinadas a explorá-las e dominá-las, conforme Davis (2016). Embora preservem as funções domésticas e muitas representações comportamentais, a convergência e a regularidade de determinadas situações viabilizaram, em boa medida, a apreensão de suas condições sociais, políticas e econômicas.

[P10] – A gente tem que ir atrás do que quer. Não é fácil. A gente mulher e não tem dinheiro. Mesmo assim não dá pra parar. Aqui nos incentivamos a buscar algo, não ficar só em função de filho e casa. Agora a fulana tá até estudando, é nosso orgulho.

A necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados. (CARNEIRO, 2003) Todas as mulheres reconheceram as distinções em relação a suas irmãs negras, afirmou, por exemplo, que “é mais difícil para a mulher negra porque sofre preconceito, é até mais difícil achar trabalho”, segundo [P2]. Nos dois empreendimentos, todavia, há poucas negras e estes assuntos foram pouco debatidos.

Conforme [P5] “nunca tive essa de fraca, sempre trabalhei muito e sempre vi a diferença em relação as brancas, elas tinha mais atenção”. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia”. (DAVIS, 1981, p.33) Dito isto, à mulher negra devido ao legado escravocrata foi associada a força substancialmente diferente da concepção de fragilidade da mulher branca. À mulher pobre a fragilidade era atribuída em um contexto de igualdade econômica, todavia quando a queriam explorar como força de trabalho, a concepção de fragilidade era ignorada.

O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (BILGE, 2009, p. 70)

As mulheres casadas relataram a falta de reconhecimento do parceiro, tanto pelo trabalho associativo, quanto pelo trabalho doméstico. Ainda que afirmem que, como dito por [P9], “são todos iguais, acham que só o deles é importante”, sentiram-se desvalorizadas. Conforme Davis (2016) há o pressuposto de que as mulheres são dependentes e passivas em relação aos homens. Todavia, percebeu-se que a “dependência” devia-se a uma hierarquia valorativa segundo a qual os gastos das mulheres são inferiores, enquanto os dos homens são prioritários.

P[10] – Ele sustenta a casa e fala que meu trabalho não é bom porque eu nunca tenho dinheiro. Ele acha que faz demais pagando as contas. Sendo que eu gasto um monte com as crianças.

A renda da mulher aparece como complemento, ainda que orientado para os filhos (suposta prioridade de ambos). Sendo assim, a experiência associativa propiciou a releitura destas situações de forma crítica, mostrando a sob a perspectiva das próprias mulheres, as condições sociais e políticas a que estão circunscritas.

As experiências solidárias contribuem, em boa medida, com a desconstrução de lógicas, pressupostos e crenças que cercam as mulheres. Todavia, há uma problemática de caráter paradoxal, que são as contradições destas experiências



pois provocam movimentos e fissuras na estrutura patriarcal, de raça e de classe, mas ao mesmo tempo estão limitadas por essas estruturas e atuam dentro do campo em que tais condições são hegemônicas. O que não se configura em uma limitação, mas parece ser a condição constituinte das experiências de transformação social: precisam agir dentro de um campo e com os seus constrangimentos, ao mesmo tempo em que atuam para derrubá-los.

Portanto, as transformações e a libertação das formas de opressão interseccional a que estão submetidas as mulheres não é um processo linear e não pode ser avaliado de forma conclusiva. Todavia como um processo de luta e, neste sentido, as experiências mostraram-se capazes de promover uma transformação social que deve ser valorizada e potencializada pelo seu valor em si, pela própria experiência e pela provocação que ela representa para os limites impostos pela tripla opressão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi estudar a economia solidária enquanto estratégia de superação das desigualdades de gênero, classe e raça. Para tanto, adotou-se um referencial teórico cuja principal contribuição foi a viabilização de um aporte interpretativo para as causas da desigualdade. A partir desta leitura factível e crítica foi possível apreender a desigualdade a partir de sua estruturação histórica, sistemática e relacional, tendo como nexos prioritários o sexismo e o racismo de acordo com Davis (2016).

A pesquisa foi realizada em dois empreendimentos de economia solidária, de Porto Alegre, nos meses de outubro a novembro. A partir dos registros, da observação participante e das entrevistas, foi possível compreender as trajetória das mulheres, bem como o impacto da experiência associativa em suas vidas. Daí compreendeu-se que as transformações e a libertação das formas de opressão interseccional a que estão submetidas as mulheres não é um processo linear e não pode ser avaliado de forma conclusiva. Todavia como um processo de luta e, neste sentido, as experiências mostraram-se capazes de promover uma transformação social que deve ser valorizada e potencializada pelo seu valor em si, pela própria experiência e pela provocação que ela representa para os limites impostos pela tripla opressão.

A pesquisa foi constituída por três etapas distintas: a precedente (compreender a desigualdade em sua tripla dimensão), o processo ( as práticas da economia solidária para sua superação) e a posterior ( as mudanças e as permanências). Nessa perspectiva, tornou-se um trabalho cuja familiarização pode servir de orientação para o aprofundamento do debate em cada uma das três etapas. Além disso, poderia apropriar-se de autores de outros campos do conhecimento, como sociologia, história, antropologia, psicologia. Isto viabilizaria a integração de outros temas igualmente importantes para a apreensão da desigualdade, como cultura, representações sociais, identidade, mercado de trabalho, internacionalização da economia.

O estudo da desigualdade sob o enfoque integrado é vasto e diverso, podendo ser incorporado a outras áreas do saber. O campo da Administração

permitiu este triplo aspecto temporal devido ao seus objetos de estudo: o mercado e a sociedade. Sendo notória a possibilidade de aprofundamento e de expansão para a produção de conhecimento que seja útil para a promoção de verdadeiras mudanças sociais.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Priscilla Maia de. **A economia Solidária é feminina? Análise da Política Nacional de Economia Solidária Sob Perspectiva de Gênero.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em política social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ATCHABAHIAN, Serge. **Princípio da igualdade e ações afirmativas.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: RCS Editora, 2006, p. 15.

ÁVILA, Maria Betânia. **As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito.** Cadernos de Crítica Feminista, n. 4, ano V, p. 48-71, dez. 2011.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais – Desigualdades Sociais Numa Era Global.** Ed.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 1 Ed, São Paulo: Edições 70, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. **Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?** In: Baltar da Rocha, M. 1. (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAVAZOTTE, Flávia de Souza Costa Neves; OLIVEIRA, Lucia Barbosa de; MIRANDA, Liliana Carneiro de. **Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa,** São Paulo, v. 45, n. 1, p. 70-83, jan. 2010.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Revista Estudos Avançados 17. (49), 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios.** Caderno CRH, Salvador, n.36, p. 209 – 215, jan./jun. 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Gênero, Raça e Ascensão Social.** Revista Estudos Feminista Ano3, p. 544 – 552, 2º semestre de 1995.

CARNEIRO, SUELI. **Sobrevivente, testemunha, porta-voz.** [Editorial] Revista CULT, n.223, p. 13 – 20, maio, 2017.

COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; LIMA, Ednalva Bezerra de Lima, SOARES, Vera. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho** [Org.] – São Paulo: CUT Brasil, p. 144. 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe.** 1. Ed, São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, Nancy. **Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero.** BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Cristina (orgs.). São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

FLORES, Manoela Donaduce. **As mulheres na economia solidária e os indicadores de desigualdade de gênero no Brasil.** (Trabalho de Conclusão de Curso de Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2014.

GIL, Carlos Antonio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. Ed, São Paulo: Atlas, 2002.

HIRATA, Helena. **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo, Editora da Unesp, pp. 40-44. [Em francês, “*Sciences et genre*”. *Dictionnaire critique du féminisme.* Paris, puf, p. 187-191, 2000.

HIRATA, Helena. **Divisão Sexual do Trabalho; novas tendências e problemas atuais.** In: Encontro de Intercambio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Gênero no mundo do trabalho. Brasília: CIDA: 2000.

KERGOAT, Danièle. . **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais,** São Paulo,n. 86, jan. 2010.

KERGOAT, Danièle. **Da divisão do trabalho entre os sexos.** Tempo Social. São Paulo, v.1, semestre,1989.

KLOSS, Larissa Renata. **Desigualdades de gênero no trabalho.** Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 2, n. 18, p. 103-142, maio 2013.

KUCHEMANN, Berlindes Astrid; CRUZ, Tânica Cristina. **Ressignificações do trabalhos das mulheres para a agenda das políticas públicas.** Revista Ser Social, Brasília, v.10, n.23 , p – 13-38, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

PERROT, Michele. **História da vida Privada da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Organização Tradução Denise Bottmann (partes 1 e 2) Bernardo Joffily (partes 3 e 4), 2006.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no século XXI.** 1.Ed, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROESCH, Sylvia Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração.** 2. Ed, São Paulo : Atlas, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SOUZA, André Ricardo de; SINGER, Paul (Org). **A Economia solidária no Brasil: A Autogestão Como Resposta ao Desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SILVA, Márcia Alves. **Abordagem sobre gênero e trabalho artesanal em histórias de Vida de Mulheres.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

SCHENEIDER, Élen Cristiane. **As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero.** Protestantismo em revista, São Leopoldo, RS, v. 23, set-dez. 2010.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos.** 4. Ed, Porto Alegre: Bookman, 2010.

## ANEXO A: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Apresentação: Primeiramente, explicar a finalidade e os objetivos da pesquisa, bem como a importância de sua participação.

Perguntas:

1. Dados socioeconômicos: Idade? Estado Civil? Filhos? Residência? Educação? Renda Familiar? Etnia?
2. O quê acreditava ser sua realização profissional? Sentia-se capaz de realizá-la? Sua família a incentivava? (Se casada) Companheiro incentivava? O quê mais a desencorajava? O quê, de fato, fazia antes de ingressar na Univens/Arte popular?
3. Porque optou por este trabalho? Quais as maiores dificuldades que encontrou no mercado de trabalho convencional? Há quanto tempo trabalha na Univens/Arte Popular? A família e os amigos a apoiam neste trabalho?
4. Acha que mulheres são naturalmente responsáveis pelas atividades domésticas e criação dos filhos? Quem as realiza em sua casa? Há divisão? Qual motivo? Sente-se sobrecarregada?
5. Acha que as mulheres são igualmente capazes aos homens, em todas as atividades? O quê acha mais difícil para uma mulher realizar?
6. Acha que uma mulher só é capaz de se realizar na maternidade? O quê pensa em relação as mulheres que se dedicam integralmente ao trabalho?
7. Na sua família, quando há alguém doente, os cuidados são responsabilidade de quem? Porquê você acha que é assim?
8. O quê mais acha difícil conciliar com a sua vida profissional? Acha que o trabalho atual é simples e não demanda muita dedicação?
9. Nas reuniões, de trabalho, há outros temas discutidos, ou apenas questões pontuais de gestão e de atividade mesmo? Como se sente na hora de deliberar e decidir sobre questões no trabalho? Na sua casa, quem toma as decisões?
10. Já se sentiu discriminada? Por ser mulher? Por ser negra?
11. Na Univens/Arte Popular há outros debates, como, por exemplo, sobre mulheres e racismo? Caso não, acredita que deveriam trazer essas questões?